



SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 795, de 2021**, que *"Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 – Lei Aldir Blanc, para estender a prorrogação do auxílio emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização dos recursos por Estados e Municípios."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Humberto Costa (PT/PE)	001
Senador Paulo Rocha (PT/PA)	002
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	003
Senador Antonio Anastasia (PSD/MG)	004
Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)	005
Senador Jayme Campos (DEM/MT)	006; 007
Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)	008
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	009
Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	010; 011
Senadora Kátia Abreu (PP/TO)	012

TOTAL DE EMENDAS: 12





PL 795/2021
00001

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

EMENDA Nº - PLEN
(AO PL 795, de 2021)
Aditiva

Art. 1º Inclua-se o seguinte art. 2º ao PL 795, de 2021, renumerando-se o artigo seguinte:

“Art. 2º Fica revogada a MP nº 1.019, de 29 de dezembro de 2020”.

Justificação

O PL 795/2021 é totalmente meritório ao prorrogar o prazo de aplicação de recursos da Lei 14.017/2020, a Lei Aldir Blanc. Conforme seu autor, o PL 795/2021 busca “reforçar os efeitos da Lei Aldir Blanc, e garantir que: os municípios possuam mais tempo para a alocação dos recursos transferidos antes que sejam revertidos ao fundo estadual de cultura do Estado onde se localizam; eventuais prorrogações de auxílio ou de renda emergencial sejam garantidas também aos profissionais do setor; os prazos para aplicação de recursos em projetos culturais já aprovados seja prorrogado em dois anos; e que o prazo para devolução de recursos repassados pela União que não tenham sido objeto de programação publicada pelos Estados ou pelo Distrito Federal seja estendido até 31 de dezembro de 2021”. São todos objetivos irretocáveis.

No entanto, o governo editou, em 29 de dezembro de 2020, a MP 1.019, que limitou a execução, em 2021, dos recursos da Lei Aldir Blanc somente dos recursos que os entes federados tenham empenhado e inscrito em restos a pagar até 31/12/2020, ou seja, 2 dias após a edição da MP. Quem não cumprisse com essa exigência, teria que devolver os recursos à União. Esse fato criou uma situação injusta e prejudicial ao setor cultural, até porque ainda no começo de janeiro, o Ministério do Turismo, pasta responsável pelo tema, fez publicar no DOU um Comunicado orientando os entes federados a não cumprir com o disposto na MP no tocante à devolução de recursos à União se não tivessem conseguido empenhar e inscrever em Restos a Pagar no prazo estipulado pela MP. O Ministério do Turismo chegou a reconhecer que havia incompatibilidade entre normas gerada pela edição da MP 1.019/2020, e que estaria trabalhando na edição de uma nova norma, reconhecendo, assim, os problemas gerados pela citada MP.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

Assim, a presente Emenda busca apenas afastar qualquer insegurança jurídica ao revogar a MP 1.019/2020, posto que assunto que ela e o que o PL 795/2021 regulam são exatamente o mesmo, porém com redações, orientações e feitos diferentes. Assim, o corolário lógico da aprovação do PL 795/2021 é a revogação da MP 1.019/2020.

São essas as razões pelas quais solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em 29 de março de 2021.

Senador HUMBERTO COSTA

EMENDA Nº - PLEN

(AO PL 795, de 2021)

Aditiva

Art. 1º Inclua-se o seguinte art. 2º ao PL 795, de 2021, renumerando-se o artigo seguinte:

“Art. 2º Fica revogada a MP nº 1.019, de 29 de dezembro de 2020”.

Justificação

O PL 795/2021 é totalmente meritório ao prorrogar o prazo de aplicação de recursos da Lei 14.017/2020, a Lei Aldir Blanc. Conforme seu autor, o PL 795/2021 busca “reforçar os efeitos da Lei Aldir Blanc, e garantir que: os municípios possuam mais tempo para a alocação dos recursos transferidos antes que sejam revertidos ao fundo estadual de cultura do Estado onde se localizam; eventuais prorrogações de auxílio ou de renda emergencial sejam garantidas também aos profissionais do setor; os prazos para aplicação de recursos em projetos culturais já aprovados seja prorrogado em dois anos; e que o prazo para devolução de recursos repassados pela União que não tenham sido objeto de programação publicada pelos Estados ou pelo Distrito Federal seja estendido até 31 de dezembro de 2021”. São todos objetivos irretocáveis.

No entanto, o governo editou, em 29 de dezembro de 2020, a MP 1.019, que limitou a execução, em 2021, dos recursos da Lei Aldir Blanc somente dos recursos que os entes federados tenham empenhado e inscrito em restos a pagar até 31/12/2020, ou seja, 2 dias após a edição da MP. Quem não cumprisse com essa exigência, teria que devolver os recursos à União. Esse fato criou uma situação injusta e prejudicial ao setor cultural, até porque ainda no começo de janeiro, o Ministério do Turismo, pasta responsável pelo tema, fez publicar no DOU um Comunicado orientando os entes federados a não cumprir com o disposto na MP no tocante à devolução de recursos à União se não tivessem conseguido empenhar e inscrever em Restos a Pagar no prazo estipulado pela MP. O Ministério do Turismo chegou a reconhecer que havia incompatibilidade entre normas gerada pela edição da MP 1.019/2020, e que estaria trabalhando na edição de uma nova norma, reconhecendo, assim, os problemas gerados pela citada MP.

Assim, a presente Emenda busca apenas afastar qualquer insegurança jurídica ao revogar a MP 1.019/2020, posto que assunto que ela e o que o PL 795/2021 regulam são exatamente o mesmo, porém com redações, orientações

e feitos diferentes. Assim, o corolário lógico da aprovação do PL 795/2021 é a revogação da MP 1.019/2020.

São essas as razões pelas quais solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, em 29 de março de 2021

Senador PAULO ROCHA

PT/PA



PL 795/2021
00003

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalei Lucas

EMENDA Nº – PLEN
(ao PL nº 795, de 2021)

Acrescente-se, onde couber no Projeto de Lei 795, de 2021, o seguinte artigo:

“Art. XX O art. 13 da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Por um ano após o fim da vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, a concessão de recursos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dos programas federais de apoio ao audiovisual, bem como as ações estabelecidas pelos demais programas e políticas federais para a cultura, entre os quais a Política Nacional de Cultura Viva, estabelecida nos termos da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, deverão priorizar o fomento de atividades culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e de plataformas digitais ou meios de comunicação não presenciais, ou cujos recursos de apoio e fomento possam ser adiantados, mesmo que a realização das atividades culturais somente seja possível após completado um ano do fim da vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.”

JUSTIFICAÇÃO

Trata o PL 00795/2021, do Senador Wellington Fagundes, de alterar a Lei 14.017, de 29 de junho de 2020, que “dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020”, para prorrogar os benefícios ali contidos.

O projeto, no entanto, não aborda o art. 13 da referida Lei, que prevê, que os programas de apoio à cultura deverão priorizar atividades que possam ser transmitidas de forma não presencial, enquanto durar a calamidade pública, conforme diz o texto seguinte:

“Art. 13. Enquanto vigorar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, a concessão de recursos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dos programas federais de apoio ao audiovisual, bem como as ações estabelecidas pelos demais programas e políticas federais para a cultura, entre os quais a Política Nacional de Cultura Viva, estabelecida nos termos da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, deverão priorizar o fomento de atividades culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e de plataformas digitais ou meios de comunicação não presenciais, ou cujos recursos de apoio e fomento possam ser adiantados, mesmo que a realização das atividades culturais somente seja possível após o fim da vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.”

Desnecessário seria ressaltar que as condições que motivaram os comandos da Lei 14.017, de 29 de junho de 2020, que determina providências a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, permanecem plenas, mesmo findo o prazo do Decreto referido.

Sendo assim, é de bom alvitre prorrogar por um ano a priorização de atividades culturais que possam ser transmitidas por meios não presenciais, nos termos desta emenda, para a qual pedimos o apoio de nossos nobres Pares.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**
PSDB/DF



EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 795, de 2021)

Insira-se o seguinte § 4º ao art. 7º da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, alterada pelo Projeto de Lei nº 795, de 2021:

“Art. 7º

§4º A exigência prevista no §1º deste artigo poderá ser dispensada a critério do ente federativo.

.....”

JUSTIFICATIVA

A emenda proposta tem como objetivo aprimorar o PL nº 795, de 2021, no sentido de permitir a retirada da exigência do cadastro nos sistemas arrolados, caso o gestor público entenda pertinente. Desse modo, a emenda aproveita a prorrogação prevista no projeto de lei e facilita a distribuição desses recursos à critério de cada ente federativo. Ocorre que os cadastros mencionados atualmente na Lei Aldir Blanc não atendem à realidade de todos os entes federativos, de modo que, permitindo seu afastamento, os recursos podem chegar a mais trabalhadores da cultura e privilegia-se a autonomia federativa.

Sala das sessões,

Senador ANTONIO ANASTASIA



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rodrigo Cunha

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 795, de 2021)

Inclua-se no art. 1º do Projeto de Lei nº 795, de 2021, a seguinte alteração no art. 9º da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, e, por consequência, acrescente-se art. 3º ao mesmo projeto, nos seguintes termos:

“Art. 1º

.....
‘**Art. 9º** Os espaços culturais e artísticos, as empresas culturais e organizações culturais comunitárias, as cooperativas e as instituições beneficiadas com o subsídio previsto no inciso II do *caput* do art. 2º desta Lei ficarão obrigados a garantir como contrapartida, após o reinício de suas atividades, a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita, inclusive apresentações ao vivo com interação popular via internet, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido com o ente federativo responsável pela gestão pública de cultura do local.’ (NR)

.....”

“Art. 3º Revoga-se a Medida Provisória nº 1.019, de 29 de dezembro de 2020.”

JUSTIFICAÇÃO

Com o avanço da pandemia do novo coronavírus, o isolamento e o distanciamento social se mostraram como medidas essenciais para desacelerar o contágio da doença.

Devido ao tempo que será necessário para a volta das atividades presenciais na rede pública de ensino ou dos eventos em espaços públicos,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rodrigo Cunha

proponho a alteração da Lei Aldir Blanc para permitir, aos beneficiados com o subsídio previsto no inciso II do *caput* do art. 2º, a prestação de contrapartida virtual, por intermédio do fomento de apresentações de vídeos ao vivo, com interação popular via internet, para a promoção da cultura brasileira.

De outra forma, o Projeto de Lei nº 795, de 2021, é totalmente meritório ao prorrogar o prazo de aplicação de recursos da Lei Aldir Blanc, assegurando que os municípios tenham mais tempo para alocar os recursos transferidos antes que sejam revertidos aos fundos estaduais de cultura do Estado onde se localizam.

Entretanto, com a edição, em 29 de dezembro de 2020, da Medida Provisória nº 1.019, foi limitada a execução somente aos recursos que tivessem sido empenhados e inscritos em restos a pagar pelo ente responsável até 31 de dezembro de 2020, ou seja, 2 dias após a edição da norma.

Assim, também busca a presente Emenda afastar qualquer insegurança jurídica mediante a revogação da Medida Provisória nº 1.019, de 2020, por conflito com o Projeto de Lei nº 975, de 2021.

São essas as razões pelas quais solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador RODRIGO CUNHA



SENADO FEDERAL

PL 795/2021
00006

EMENDA Nº - PLEN

(ao PL nº 795, de 2021)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 795, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 1º

.....
‘Art. 14-A Os recursos revertidos em função do disposto no parágrafo único do art. 3º poderão ser transferidos dos Estados aos Municípios para aplicação em ações emergenciais previstas nos incisos II e III do art. 2º.’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Aldir Blanc prevê que a execução de recursos destinados ao cumprimento de ações emergenciais deverá se dar de forma descentralizada, mediante transferências da União aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal.

O art. 3º da Lei prevê a reversão dos recursos recebidos pelos Municípios aos fundos estaduais de cultura, ou órgãos equivalentes, nos casos em que os prazos para aplicação não tenham sido respeitados.

Por meio da presente emenda, buscamos possibilitar que os recursos revertidos possam ser transferidos dos Estados aos Municípios para aplicação nas ações emergenciais previstas nos incisos I e II do art. 2º.

Sala das Sessões,

Senador JAYME CAMPOS



SENADO FEDERAL

PL 795/2021
00007

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 795, de 2021)

Dê-se ao parágrafo único do art. 3º da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 795, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 1º**

‘**Art. 3º**.....

.....
Parágrafo único. Os recursos que não tenham sido objeto de programação publicada até 31 de dezembro de 2021 pelos Municípios serão automaticamente revertidos ao fundo de cultura do respectivo Estado ou, na falta deste, ao órgão ou entidade estadual responsável pela gestão desses recursos.’ (NR)
.....”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 795, de 2021, acertadamente, amplia o prazo para que municípios possam aplicar os recursos recebidos em função da Lei Aldir Blanc antes que sejam revertidos aos fundos de cultura dos respectivos Estados.

Contudo, acreditamos que o prazo proposto no projeto continua exíguo, de forma que apresentamos a presente emenda para ampliar ainda mais o referido prazo e, assim, aumentar a viabilidade de aplicação efetiva desses recursos.

Sala das Sessões,

Senador JAYME CAMPOS



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** Pros | RN

EMENDA Nº - PLEN

(AO PL 795, de 2021)

Aditiva

Art. 1º Inclua-se o seguinte art. 2º ao PL 795, de 2021, renumerando-se o artigo seguinte:

“Art. 2º Fica revogada a MP nº 1.019, de 29 de dezembro de 2020”.

JUSTIFICAÇÃO

O PL 795/2021 é totalmente meritório ao prorrogar o prazo de aplicação de recursos da Lei 14.017/2020, a Lei Aldir Blanc. Conforme seu autor, o PL 795/2021 busca “reforçar os efeitos da Lei Aldir Blanc, e garantir que: os municípios possuam mais tempo para a alocação dos recursos transferidos antes que sejam revertidos ao fundo estadual de cultura do Estado onde se localizam; eventuais prorrogações de auxílio ou de renda emergencial sejam garantidas também aos profissionais do setor; os prazos para aplicação de recursos em projetos culturais já aprovados seja prorrogado em dois anos; e que o prazo para devolução de recursos repassados pela União que não tenham sido objeto de programação publicada pelos Estados ou pelo Distrito Federal seja estendido até 31 de dezembro de 2021”. São todos objetivos irretocáveis.

No entanto, o governo editou, em 29 de dezembro de 2020, a MP 1.019, que limitou a execução, em 2021, dos recursos da Lei Aldir Blanc somente dos recursos que os entes federados tenham empenhado e inscrito em restos a pagar até 31/12/2020, ou seja, 2 dias após a edição da MP. Quem não cumprisse com essa exigência, teria que devolver os recursos à União. Esse fato criou uma situação injusta e prejudicial ao setor cultural, até porque ainda no começo de janeiro, o Ministério do Turismo, pasta



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** Pros | RN

responsável pelo tema, fez publicar no DOU um Comunicado orientando os entes federados a não cumprir com o disposto na MP no tocante à devolução de recursos à União se não tivessem conseguido empenhar e inscrever em Restos a Pagar no prazo estipulado pela MP. O Ministério do Turismo chegou a reconhecer que havia incompatibilidade entre normas gerada pela edição da MP 1.019/2020, e que estaria trabalhando na edição de uma nova norma, reconhecendo, assim, os problemas gerados pela citada MP.

Assim, a presente Emenda busca apenas afastar qualquer insegurança jurídica ao revogar a MP 1.019/2020, posto que assunto que ela e o que o PL 795/2021 regulam são exatamente o mesmo, porém com redações, orientações e feitos diferentes. Assim, o corolário lógico da aprovação do PL 795/2021 é a revogação da MP 1.019/2020.

São essas as razões pelas quais solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

Senadora Zenaide Maia

PROS/RN

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 795, de 2021)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 795, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 1º** A ementa e os artigos 1º, 3º, 5º, 12 e 14, da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante a ocorrência dos impactos sociais e econômicos causados pela pandemia da covid-19.’

‘**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante a ocorrência dos impactos sociais e econômicos causados pela pandemia da covid-19.’ (NR)

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Observa-se que o Projeto de Lei nº 795, de 2021, não alterou o texto da ementa e do art. 1º da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõem “sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020”.

Todavia, cabe lembrar que o citado Decreto Legislativo reconheceu o estado de calamidade pública até 31 de dezembro de 2020.

Por outro lado, o PL nº 795, de 2021, assenta-se no argumento de que, tendo em vista que a pandemia do novo coronavírus não arrefeceu, é necessário estender a possibilidade de utilização dos benefícios da Lei Aldir Blanc.

Diante disso, também se faz necessário alterar o texto da ementa e do art. 1º da citada lei nº 14.017, de 2020, no sentido de desvincular a

implementação das ações emergenciais, por ela estabelecidas, do referido Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



PL 795/2021
00010

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

EMENDA ADITIVA Nº - PLEN

PROJETO DE LEI Nº 795/2021

Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 – Lei Aldir Blanc, para estender a prorrogação do auxílio emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização dos recursos por Estados e Municípios.

Art. 1º Inclua-se o seguinte art. 2º ao PL 795, de 2021, renumerando-se o artigo seguinte:

“Art. 2º Fica revogada a MP nº 1.019, de 29 de dezembro de 2020”.

JUSTIFICAÇÃO

O PL 795/2021 é totalmente meritório ao prorrogar o prazo de aplicação de recursos da Lei 14.017/2020, a Lei Aldir Blanc. Conforme seu autor, o PL 795/2021 busca “reforçar os efeitos da Lei Aldir Blanc, e garantir que: os municípios possuam mais tempo para a alocação dos recursos transferidos antes que sejam revertidos ao fundo estadual de cultura do Estado onde se localizam; eventuais prorrogações de auxílio ou de renda emergencial sejam garantidas também aos profissionais do setor; os prazos para aplicação de recursos em projetos culturais já aprovados seja prorrogado em dois anos; e que o prazo para devolução de recursos repassados pela União que não tenham sido objeto de programação publicada pelos Estados ou pelo Distrito Federal seja estendido até 31 de dezembro de 2021”. São todos objetivos irretocáveis.

No entanto, o governo editou, em 29 de dezembro de 2020, a MP 1.019, que limitou a execução, em 2021, dos recursos da Lei Aldir Blanc somente dos recursos que os entes federados tenham empenhado e inscrito em restos a pagar até 31/12/2020, ou seja, 2 dias após a edição da MP. Quem não cumprisse com essa exigência, teria que devolver os recursos à União. Esse fato criou uma situação injusta e prejudicial ao setor cultural, até porque ainda no começo de janeiro, o Ministério do Turismo, pasta responsável pelo tema, fez publicar no DOU um Comunicado orientando os entes federados a não cumprir com o disposto na MP no tocante à devolução de recursos à União se não tivessem conseguido empenhar e inscrever em Restos a Pagar no prazo estipulado pela



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

MP. O Ministério do Turismo chegou a reconhecer que havia incompatibilidade entre normas gerada pela edição da MP 1.019/2020, e que estaria trabalhando na edição de uma nova norma, reconhecendo, assim, os problemas gerados pela citada MP.

Assim, a presente Emenda busca apenas afastar qualquer insegurança jurídica ao revogar a MP 1.019/2020, posto que assunto que ela e o que o PL 795/2021 regulam são exatamente o mesmo, porém com redações, orientações e feitos diferentes. Assim, o corolário lógico da aprovação do PL 795/2021 é a revogação da MP 1.019/2020.

São essas as razões pelas quais solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador Rogério Carvalho

PT – SE



PL 795/2021
00011

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

EMENDA nº (MODIFICATIVA)
PROJETO DE LEI Nº 795/2021

Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 – Lei Aldir Blanc, para estender a prorrogação do auxílio emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização dos recursos por Estados e Municípios.

O art. 1º do Projeto de Lei nº 795/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

.....

“Art. 14º

.....

§ 2º Os recursos repassados na forma prevista nesta Lei, observado o disposto no § único do art. 3º, que não tenham sido objeto de programação publicada pelos Estados ou pelo Distrito Federal até 31 de dezembro de 2021, serão restituídos à União na forma e no prazo previstos no regulamento.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo harmonizar a alteração pretendida no § 2º do art. 14 com a alteração pretendida no art. 3º. Nesta, busca-se revogar o § 1º mantendo-se o § 2º com nova redação e numeração, ou seja, § único.

Naquela, faz-se a referência ao § 2º do art. 3º que, uma vez aprovado, passa a não mais existir.

Sala das sessões

Senador ROGÉRIO CARVALHO

PT/SE



PL 795/2021
00012

SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora **Kátia Abreu**

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 795, de 2021)

Insira o inciso VII ao art.12 da Lei 14.017 de 2020, modificado pelo Art.1º do PL 795 de 2021 com a seguinte redação:

“**Art. 12** Ficam prorrogados automaticamente por 2 (dois) anos os prazos para aplicação dos recursos, para realização de atividades culturais e para a respectiva prestação de contas dos projetos culturais já aprovados pelo órgão ou entidade do Poder Executivo responsável pela área da cultura, nos termos:

.....

VII – Ficam os municípios autorizados a reabertura de editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais de modo a utilizar parte dos recursos previstos no caput desse artigo.

JUSTIFICAÇÃO.

O PL 795 de 2021 objetiva reforçar os efeitos da Lei Aldir Blanc, que socorreu o setor artístico durante os efeitos da pandemia 2020. Dessa forma, objetiva-se garantir que: os municípios possuam mais tempo para a alocação dos recursos transferidos antes que sejam revertidos ao fundo estadual de cultura.



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora **Kátia Abreu**

Dessa forma, a presente emenda tem como propósito autorizar que os municípios possam reabrir editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos congêneres destinados a apoiar a manutenção de agentes, de espaços e de produções artísticas de modo geral de forma a permitir que um novo chamamento público possa oportunizar a destinação de recursos, inclusive de artistas que não conseguiram lograr êxito nos certames anteriores ou mesmo perderam para se qualificarem para receberem esse importante benefício no período em que ainda enfrentamentos os efeitos da pandemia em razão das indispensáveis medidas de distanciamento social e de um ritmo ainda lento da vacinação.

Nesse sentido, solicitamos o apoio dos nossos pares para aprovação dessa emenda de grande alcance social.

Sala das Sessões,

Senadora **KÁTIA ABREU**